

O relacionamento de meu irmão José Reis Leitão com estudantes afectos ao Partido Comunista levou a PIDE a assaltar a sua residência na Rua Marquês de Fronteira, às sete horas da madrugada de 25 de Novembro de 1964.

O alerta veio de Viana do Castelo para Loriga e de Loriga para Lisboa. Imediatamente telefonei para a Marques de Fronteira para indagar do que se passava e de lá respondeu o primo que partilhava a mesma residência:

**- Ó pázinho estou aqui com uma carraspana de gripe, cheio de febre, mal posso falar e o Zeca saiu daqui à pouco. Perguntei: - Há alguma novidade? - Não, não há nada, mas precisava que passasses por cá.**

José e primo estavam, àquela hora, a ser interrogados nos calabouços da Pide e eu, sem o suspeitar, estivera a falar com agente da Pide que imitou, com perfeição, o seu timbre de voz e modo de falar.

Acompanhado por minha mulher Maria de Lourdes bati à porta da casa de meu irmão. Um individuo, em pijama, mandou-me entrar sem ter respondido às perguntas que lhe dirigi sobre a sua identidade. Sobre meu irmão e primo não deu qualquer resposta. No quarto, à entrada, encontrava-se outro individuo e, sobre a cómoda, uma pistola.

Fiquei confuso, sem saber se seriam agentes da PIDE (o homem de pijama confundiu-me) ou membros de qualquer organização não afecta ao regime que ali fazia poísio.

Um terceiro individuo, com ares de chefe do grupo, mandou-me que o seguisse até ao último compartimento ao fundo do corredor. Pediu-me para esvaziar todos os bolsos e colocar tudo em cima de mesa. Não se identificou nem respondeu às minhas perguntas. Pegou no meu bilhete de identidade e pôs-se a escrever tudo o que lá se continha. Quis saber a minha morada e número de telefone e também o motivo por que tinha guardado na carteira o recorte de um jornal francês contendo pensamentos de um escritor cujo nome não me ocorre e qual o jornal. Respondi que gostei dos conceitos e que o jornal era o "Le Monde".

Não fez mais perguntas e apenas me disse:

**- Se quiser saber o que se passa com o seu irmão dirija-se amanhã, às 9 horas, à Rua António Maria Cardoso, ao agente de serviço. O Senhor só lá não vai agora porque veio acompanhado por sua mulher. Vá já para sua casa, não utilize o telefone, nunca olhe para trás e não diga a ninguém que a Polícia está aqui porque se o fizer terá de responder por isso.**

Ao regressar a casa, Maria de Lourdes e eu estávamos absolutamente convencidos de que a polícia não tardaria a chegar. Procurámos tomar as providencias possíveis.

Tinha em minha casa diversos panfletos e livros que colhi na Exposição Mundial de Bruxelas, de 1958, o livro de John Reed "Les dix jours qui ébranlèrent le monde", vários livros da colecção "Que sais je", muitos da colecção Cosmos. De todos o que mais me preocupava era o livro de John Reed que estava proibido de circular em Portugal. E a preocupação resultava do facto de ao ser, eventualmente, inquirido por processos que a polícia adoptava, eu poderia resistir ou não a revelar o nome da pessoa que mo emprestou. E assim poder-se-iam juntar mais pessoas à lista dos interrogados ou presos. A solução era rasgá-lo e deitá-lo pela sanita, mas esta entupiu.



Foi então que minha mulher se lembrou de pegar num tacho e queimar o livro. Assim se perdeu um exemplar do livro notável do jornalista americano que descreveu os dez primeiros dias da Revolução de Moscovo.

Às 9 horas do dia 26 de Novembro de 1964, na Rua António Maria Cardoso, sou informado de que meu irmão se encontrava na cadeia do Aljube e meu primo libertado. Eu poderia ir visitar o meu irmão José pelas 10 horas desse mesmo dia.

A visita decorreu numa sala do rés do chão com duas redes metálicas a separar-nos e um agente no meio que logo preveniu ser apenas possível falar de assuntos familiares. Li nos olhos do meu irmão o que não podia dizer pela boca. Pediu-me que lhe levasse peças de roupa, frutas ou o que achasse melhor.

José transitou do Aljube para Caxias, a 27 de Janeiro de 1965. O regime desta prisão consta da carta de 29 de Janeiro que transcrevo:

- *“Regime de visitas: são diárias, com a duração de 1 hora e começam às 12 h..*
- *“É permitida a entrada apenas aos pais, irmãos, cunhados e tios. O número máximo por cada vez é de oito pessoas.*
- *“Temos 1 hora diariamente de passeio ao ar livre (salvo se estiver mau tempo).*
- *“É facultada a leitura de um jornal diário (temos “O Século”).*
- *“Diariamente há 1 hora de música clássica.*
- *“Comidas: suspensos os chocolates, até contra ordem. Enviar leite (embalagens tetrapack), frutas, bolos, queijo, marmelada, manteiga, bolos de bacalhau, filletes, rissóis, etc.. Dentro disto à escolha. Há um fogãozinho para aquecer o que for necessário.*

*Música: escutei ontem em disco um concerto para clarinete e orquestra de Mozart e a 8ª sinfonia de Beethoven. Que delícia! Após uma relativamente longa ausência, novamente a possibilidade de ter música representa para mim quase a sensação de liberdade.”*

Nesta prisão de Caxias foi possível a primeira visita, sem ser através de redes de aço, numa das celas, durante qual me pediu para contactar o dr. Salgado Zenha para actuar como seu advogado de defesa.

Nessa visita, como em inúmeras, através de grades, participaram os meus irmãos e cunhadas, minha mulher e a namorada do Zeca. Quando este, pela primeira vez, pretendeu relatar pormenores da sua prisão, logo o agente, colocado a curta distancia, o advertiu em tom peremptório, que não admitia réplica. *“O Senhor José Leitão não tem que falar de assuntos que só interessam a si e à Polícia. Se continuar a falar desses assuntos dou imediatamente por finda a visita.”* Para confundir o agente da PIDE resolvemos falar, em voz mais alta, enquanto o meu irmão, na confusão de muitas vozes, ia comunicando à namorada o que de mais importante havia a dizer. O estratagema resultou.

Fui, então, falar ao Dr. Salgado Zenha, mas este informou-me que não podia defender mais de dois presos, aconselhando-me a falar com o colega Dr. Cunha Leal que lamentou não poder ir à barra do Tribunal porque se envolveu em pancada com um agente da PIDE, em pleno tribunal, quando este espancou um rapaz que estava a ser julgado e gritou um viva ao Partido Comunista Português. O Dr. Cunha Leal mandou-me para o Dr. Heliodoro Caldeira que ao ver o meu apelido Reis perguntou se era alguma coisa ao Coronel Reis. Respondi que era sobrinho.

- *Pois fique sabendo que eu fui revolucionário com o seu tio no 7 de Fevereiro de 1927 e preso.* O Dr. Heliodoro Caldeira disse-me que não podia defender o José porque além do filho já se tinha comprometido com outro estudante que se encontrava no mesmo processo, mas logo se prontificou:

- *Vou escrever um cartão para o meu colega Dr. Francisco Sousa Tavares que, embora monárquico, é verdadeiro democrata e tem feito defesas brilhantes*



*noutros processos políticos. Tenho o maior interesse e o maior prazer em o ver participar neste processo.*

O Dr. Sousa Tavares imediatamente acedeu a assumir a defesa e prometeu ir a Caxias falar com o meu irmão logo que recebido o despacho de pronúncia que a seguir reproduzo:

*“Relativamente ao José Reis Leitão: Começou por ler a imprensa do partido em 1956 ou 1957 que lhe era entregue por um familiar. Depois em Outubro de 1963 entrou em contacto com Mário Neto com o qual começou a abordar assuntos políticos de natureza partidária. Influenciado por aquele Mário Neto acabou por aderir aos princípios por ele defendidos, ou seja aos preconizados pelo referido partido, nas várias reuniões que com ele efectuou em sua casa. Assim, ajudou muito o Mário Neto no desempenho das tarefas que ele tinha a cumprir, quer elaborando artigos políticos para serem explorados pelo partido, quer cedendo a sua casa para reuniões quer ainda para ponto de apoio da imprensa do partido. Ligado partidariamente ao Mário Neto, recebia dele a imprensa clandestina e subversiva do partido que pagava pelo seu custo, tais como os panfletos Avante, o Militante e o Amanhã. Além disso contribuiu com a importância de 15\$00 para fundos do citado partido. Na altura em que foi preso chamou a si a responsabilidade da imprensa partidária, apreendida em sua casa, a qual era pertença do Mário Neto. O Leitão aproveitava a circunstância de ter a imprensa em seu poder para se ir doutrinando pois havia já iniciado a leitura do panfleto com o título “Rumo à Vitória”.*

O julgamento, no Tribunal da Boa Hora, de 31 pessoas, na sua grande maioria estudantes do ensino superior, teve início a 12 de Julho de 1965, em plenário presidido pelo Desembargador Correia Barreto e com nomes maiores da advocacia portuguesa, entre outros Heliodoro Caldeira já em precário estado de saúde, Abranches Ferrão, Jorge Sampaio, Acácio Gouveia, Luís Francisco Rebelo, Adão e Silva que defendia Neto Valente, noivo de sua filha, Salgado Zenha, Mário Soares, Duarte Vidal, Paradela de Oliveira, Francisco Sousa Tavares, que defendia meu irmão, Magalhães Godinho, Xencora Camotim.

A estratégia dos advogados de defesa centrou-se mais no ataque ao sistema político vigente e na condenação do regime autoritário sem respeito pelas liberdades fundamentais e valores democráticos e menos na refutação dos despachos de pronúncia dos acusados.

Em vez de um julgamento monótono, repetitivo, teve lugar a exibição de um conjunto de peças político-jurídicas notáveis proferidas por igualmente notáveis do foro, dois dos quais ascenderam à mais alta magistratura da Nação.

Os réus, em número de 31, eram acusados de actividades subversivas no sector estudantil contra a segurança do Estado. Entre outros, António Crisóstomo Teixeira, Sara Amâncio, Pedro Lemos, Teresa Pacheco Pereira, Lúcia Galapés Gomes, Ana Masano de Amorim, Mário Maia, Carlos Sabrosa, Alfredo Caldeira, defendido por seu pai, Artur Pinto, Luís Salgado de Matos, Fernando Rosas, Maria Antonieta Coelho, Maria João Gerardo, José Palminha, Maximino Cunha, Aguinaldo Cabral e Filipe Rosas.

No julgamento participaram várias dezenas de testemunhas de defesa. Apenas dois agentes da Pide como testemunhas de acusação para 31 arguidos, o que, convenhamos, é deveras notável! As audiências terminaram no dia 11 de Agosto de 1965. A grande maioria dos estudantes saiu, nesse mesmo dia, em liberdade. Condenados todos, incluindo os absolvidos que cumpriram mais de meio ano de cadeia.



Meu irmão, durante os interrogatórios policiais, sempre afirmou que não era filiado em qualquer organização, mas assumiu-se declarada e abertamente oposicionista ao regime. O Mário Neto era colega de actividades ciné-clubistas a quem franqueou o acesso à casa que ele utilizou como entendeu. José reconhece que o ter-se assumido oposicionista ao regime foi erro que lhe custou nove meses de cadeia, mas evidenciou que a PIDE, ao abrigo dos poderes discricionários de que se arrogou ou de que a arrogaram, podia encarcerar qualquer pessoa que lhe parecesse suspeita de actividades subversivas, por período superior a meio ano.

Durante os nove meses de clausura e julgamento pude conhecer, pessoalmente, familiares dos estudantes e verificar a sua total solidariedade e adesão aos ideais que os levaram à cadeia. Os familiares transportavam, à hora da visita, produtos alimentares, que os estudantes distribuíam por todos os companheiros de celas. Nunca os estudantes tiveram necessidade de recorrer aos refeitórios da prisão. E levavam também alimento para o espírito: livros, revistas, jornais e discos.

Meu irmão contou que a tortura do sono em interrogatório de 60 horas consecutivas e a passagem pelos famigerados "curros" do Aljube - três passos em frente e dois para o lado - foram momentos muito dolorosos. A excelente camaradagem, a troca de ideias e de conhecimentos com os companheiros de clausura, a brilhante oratória, durante o julgamento, de figuras eminentes da advocacia portuguesa, foram aspectos positivos duma vivência negativa.

Meu irmão foi sistematicamente eleito para Delegado de Sala e nessa função ocupou-se da área administrativa, contactos com os guardas e conciliação de personalidades de variada formação. Na mesma sala cohabitavam pessoas afectas ao PCP, de linha marxista leninista, às FAP, de linha maoista, de relacionamento por vezes difícil porque, concordantes com os fins, divergiam muito quanto aos meios a empregar para derrubar o regime. Havia ainda nas celas: infiltrados da PIDE, que puderam ser detetados, pessoas ligadas ao caso de Beja, clandestinos que atravessavam a fronteira a salto, camponeses, intelectuais e iletrados. Estes últimos aprenderam a ler, escrever e contar nos cursos que os prisioneiros organizavam nasmorras. Os presos eram professores e alunos nas aulas de cultura geral, consoante a especificidade dos seus conhecimentos.

A celebração de acontecimentos, como o dia do estudante e de algumas datas históricas, versos de certas canções, eram, para a polícia, manifestações subversivas. A sala era imediatamente posta de castigo, privando os reclusos de momentos de lazer, recreio e música. Em nove meses de cativeiro, três meses se consumiram em castigos.

Detenções e julgamentos deste tipo acontecem em regimes autocráticos, antiliberais e antidemocráticos. Os estudantes, como qualquer cidadão comum, não tinham, como se provou, liberdade de se debruçar sobre correntes filosóficas ou políticas opostas às do regime vigente. A polícia, a censura, o livro único, foram instrumentos repressivos do poder instalado e, como em qualquer outra latitude onde tenham vigorado, tais regimes terminam, sempre, em revoluções e contra-revoluções. A regra cumpriu-se mais uma vez.

Janeiro de 1998

